

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPINZAL – SC  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
EXERCÍCIO DE 2024  
RENÚNCIA DE RECEITA - LRF, ART. 4º, § 2º, V

ANEXO

1. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA RENÚNCIA DE RECEITA

A LRF define como renúncia de receita a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração da alíquota ou modificação da base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Entende-se por:

Anistia: isenção de multa incidente sobre tributos pagos em atraso;

Remissão: perdão de tributo inscrito em dívida ativa;

Subsídio: parcela do custo de um serviço público arcado pelo governo, por exemplo, transporte coletivo;

Crédito presumido: exoneração de parcela do tributo devido, descontado no momento do recolhimento, concedido a título de incentivo a determinado setor produtivo ou a empresas de certas regiões.

O artigo 14º da LRF exige que para a concessão de benefícios fiscais de natureza tributária, o administrador deverá apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, tendo que compensar com o aumento de outras receitas tributárias se a receita renunciada estiver prevista no orçamento.

Os demonstrativos e os eventos a seguir procuram atender, já neste momento, o disposto no artigo 14º da LRF, ao evidenciar a estimativa de receita a ser renunciada, os benefícios e o impacto orçamentário-financeiro.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPINZAL – SC. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2023 RENÚNCIA DE RECEITA – LRF, ART. 4º, § 2º, V			ANEXO
			CONSOLIDADO
ESPECIFICAÇÃO – EVENTO	2024	2025	2026
1. Desconto para pagamento do carnê de IPTU em cota única	220.858,79	231.901,73	243.496,82
2. Isenção de IPTU e demais tributos do carnê a contribuintes aposentados e carentes	30.742,99	32.280,14	33.894,15
3. Anistia – Isenção de multas e juros sobre tributos pagos em atraso	5.434.127,86	5.705.834,26	5.991.125,98
TOTAL (Previsão da Renúncia)	5.685.729,64	5.970.016,13	6.268.516,95

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026
1. Superávit Financeiro Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00
2. Receitas Previstas	172.717.247,46	181.353.109,84	190.420.765,37
3. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (1+2)	172.717.247,46	181.353.109,84	190.420.765,37
4. Receita Prevista de Dívida Ativa Corrigida	10.315.157,85	10.830.915,75	11.372.461,54
5. Receita Prevista de IPTU	5.175.588,61	5.434.368,04	5.706.086,45
6. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (4+5)	15.490.746,46	16.265.283,79	17.078.547,99
7. Desconto para pagamento do carnê de IPTU em cota única	220.858,79	231.901,73	243.496,82
8. Isenção de IPTU e demais tributos do carnê a contribuintes aposentados e carentes	30.742,99	32.280,14	33.894,15
9. Isenção de multas e juros sobre tributos pagos em atraso	5.434.127,86	5.705.834,26	5.991.125,98
10. TOTAL DE RENÚNCIA DE RECEITA	5.685.729,64	5.970.016,13	6.268.516,95
11. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (10/3)	3,29192928	3,291929284	3,29192929
12. IMPACTO FINANCEIRO SOBRE A FONTE (10/6)	36,70403912	36,70403915	36,70403921

## 2 . PREMISSAS E METODOLOGIA DE CÁLCULO

### 2.1 PREMISSAS

#### EVENTO 01

O Município tem registrado 13.789 unidades cadastrais imobiliárias, destas, 13.313 são objeto de lançamento de IPTU. O valor lançado do IPTU para o exercício de 2024 é estimado em R\$ 5.175.588,61, estimativa gerada a partir do lançamento do IPTU deste exercício de 2023 que corresponde ao valor lançado de R\$ 4.676.722,61. A previsão deste tributo para o exercício de 2024, comparando-o ao lançamento de 2023, considerando o resultado das ações de fiscalização; inclusão de novas unidades imobiliárias; aprovação de novos loteamentos e desmembramentos, regularização de imóveis e reajuste anual determinado pelo executivo municipal, teve um crescimento total de 10,667% correspondendo a 5,974% de reajuste e de 4,493% resultantes do crescimento vegetativo, ação fiscalizadora e regularização de imóveis. Segundo levantamento efetuado nesta data, dos últimos três exercícios, há um índice médio de inadimplência do IPTU em torno de 14,954%, sendo no exercício de 2020 = 16,3300%, 2021 = 13,9800% e em 2022 = 14,552%. O propósito da administração é, através da cobrança administrativa, conscientizar o contribuinte da importância, inclusive, econômica de manter o recolhimento dos tributos no prazo previsto para seu pagamento, evitando o desembolso dos acréscimos legais, como multa e juros. E ao final, aos contribuintes ainda inadimplentes, implementar a cobrança judicial, medidas que objetivam a redução da dívida anual do IPTU, para índices aceitáveis de no máximo 8,00%. Do total arrecadado do IPTU nos últimos três exercícios de 2020, 2021 e 2022, cerca de 47,0747%, 52,2539% e 52,2600% respectivamente, tiveram origem na cota única com benefício do desconto de 10,00%, gerando uma média de 50,5295% Neste exercício de 2023, do total arrecadado do IPTU, 54,575% é resultante do pagamento em cota única. Para o exercício de 2024, o desconto estabelecido para a cota única do IPTU continuará com o índice de 10,00%.

#### EVENTO 02

Neste exercício de 2023, 0,594% (zero vírgula quinhentos e noventa e quatro por cento) do valor lançado de IPTU se enquadra na condição de aposentados, pensionistas e portadores de necessidades especiais e se beneficiam de isenção concedida pela Lei Complementar nº 134/2009.

#### EVENTO 03

O Município tem registrado (2.881) unidades cadastrais (contribuintes) inadimplentes com o Tesouro Municipal, por débito de IPTU, ISS, RECEITAS HABITACIONAIS e outros tributos.

Lançados em dívida ativa, os créditos somam a importância corrigida de R\$ 10.315.157,85, assim composta: a) principal: R\$ 3.362.999,21; b) encargos (correção monetária) R\$ 1.518.030,78; c) encargos (juros e multas) R\$ 5.434.127,86 A administração tem empenhando esforços através da conscientização dos inadimplentes sobre a importância da regularização de seus débitos. Busca com tenacidade cobrar via administrativa e quando essa forma se torna infrutífera, encaminha via cartório ou ajuíza os débitos para evitar sua prescrição. Não obstante o empenho da administração, os resultados não estão sendo muito produtivos. Com o objetivo de atrair os inadimplentes para regularização de seus débitos, o Executivo pretende instituir programa de recuperação fiscal destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município concedendo anistia e/ou remissão sobre os acréscimos legais relativos à multas e juros e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores e os decorrentes de obrigações acessórias, na forma da lei.

#### EVENTO 04

DEMONSTRATIVO DOS VALORES POTENCIAIS DA DÍVIDA ATIVA				
ESPECIFICAÇÃO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	ENCARGOS POTENCIAIS	TOTAL
Dívida Ativa	3.362.999,21	1.518.030,78	5.434.127,86	10.315.157,85

### 3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

#### EVENTOS 01 a 04

I – METODOLOGIA DE CÁLCULO IPTU		
A) RECEITA DO IPTU		
(+) Valor estimado do IPTU para lançamento em 2024	R\$	5.175.588,61
(-) Inadimplência média estimada em 14,9540%	R\$	773.957,52
(-) Isenções a aposentados, pensionistas e portadores de necessidades especiais estimadas em 0,594%	R\$	30.742,99
Previsão de arrecadação em 2024	R\$	4.370.888,10
Previsão de pagamento em cota única, em 2024. (média de 2020 a 2022 de 50,5295%).	R\$	2.208.587,90
Desconto de 10,00% – Renúncia de Receita	R\$	220.858,79
Previsão de arrecadação líquida em 2024 (4.370.888,10 – 220.858,79)	R\$	4.150.029,31
II – METODOLOGIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA ATIVA		
B) RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA		
(+) Valor potencial de arrecadação da Dívida Ativa (principal e encargos)	R\$	10.315.157,85
(-) Anistia – Isenção de multas e juros sobre tributos pagos em atraso	R\$	5.434.127,86
Previsão de arrecadação de Dívida Ativa em 2024	R\$	4.881.029,99

#### 4. DEMONSTRATIVO DE QUE A RENÚNCIA DE RECEITA FOI CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA LDO E QUE, PORTANTO, NÃO AFETARÁ AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS PREVISTAS NA LDO.

Especificação	Arrecadação	Arrecadação	%	Previsão	Estimada
	2021	2022		2023	2024
IPTU	2.483.987,50	2.839.644,13	(+) 14,3179718094	2.790.634,61	4.150.029,31
DÍVIDA ATIVA	910.790,10	1.204.554,27	(+) 32,2537728506	4.805.568,50	4.881.029,99
TOTAL	3.394.777,60	4.044.198,40	(+) 19,1299954377	7.596.203,11	9.031.059,30

Fonte: Secretaria Municipal da Administração e Finanças – Setor de Tributação e Contábil.

Nota: Na estimativa da receita da Lei Orçamentária a ser aprovada pela Câmara de Vereadores, contemplará a renúncia ora autorizada. A Compensação se dará também pela ampliação da base econômica. A compensação da renúncia da receita dar-se-á ainda com o esforço fiscal e administração tributária eficaz. O propósito da administração é, através da cobrança administrativa, conscientizar o contribuinte da importância, inclusive, econômica de manter o recolhimento dos tributos no prazo previsto para seu pagamento, evitando o desembolso dos acréscimos legais, como multa e juros. E, ao final, aos contribuintes ainda inadimplentes, implementar a cobrança judicial, medidas que objetivam a redução da dívida anual tributária, para índices aceitáveis de no máximo 8,00%.

A política tributária do Município de Capinzal, no tocante à concessão de benefícios fiscais, irá obedecer ao comando constitucional (CF) previsto no art. 150, §6º c/c art. 156, §3º, III, ou seja, qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica Municipal.